

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

# ALERTA

JULHO/2009 v. 15, n.º 7

ISSN 0104-9755

IMPRESSO

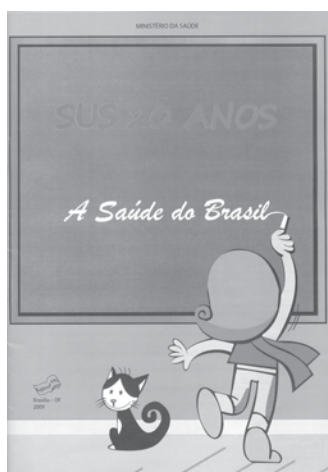
## RESUMOS

### Ações de Comunicação sobre A *Influenza A* (H1N1) no Brasil

A comunicação se reveste de inextinguível importância em cenários de epidemias e pandemias. Não é raro que ações precipitadas decorrentes da incerteza e confusão tragam mais danos à coletividade que a própria ocorrência epidemiológica. O resultado, muitas vezes, são corridas aos postos de saúde, hospitais, às farmácias e à automedicação. Fatores que podem produzir desordem social, prejuízos econômicos e calamidades, algumas irreversíveis. Cabe à comunicação oficial levar a informação de forma rápida, oportuna, precisa e segura, não só para influenciar na adoção de comportamentos individuais e coletivos que auxiliem no controle da doença e dos efeitos colaterais decorrentes da falta de informação, como também para contribuir e manter a confiança nas ações das autoridades responsáveis. Esta publicação apresenta, em português e espanhol, as ações de comunicação do Ministério da Saúde para o enfrentamento a uma pandemia de *Influenza*.



### SUS 20 Anos – A Saúde no Brasil



Tornar pública a trajetória do SUS fortalece sua construção coletiva e estimula a mobilização da sociedade para a superação dos desafios do setor Saúde e a ampliação dos direitos sociais. A comemoração dos 20 anos do Sistema Único de Saúde se apresentou como um convite à população para conhecer a Política de Saúde do Brasil, instituída pela Constituição de 1988. Para marcar a data o Ministério da Saúde, entre outras iniciativas, produziu a exposição SUS 20 anos: A Saúde do Brasil cujo material é apresentado nesta revista comemorativa. A proposta foi apresentar, com uma abordagem didática, lúdica e criativa, os aspectos mais essenciais da saúde no Brasil e estimular a reflexão e a importância da participação social para a consolidação do SUS. A saúde no Brasil tem avanços históricos como a descentralização, a municipalização de ações e serviços, a melhoria e a ampliação da atenção à saúde, o fomento à vigilância sanitária e o controle social, com a atuação dos conselhos de saúde. O SUS é uma conquista da sociedade brasileira e foi criado com o propósito de promover a justiça social e superar as desigualdades na assistência à saúde.

### Manual de Controle de Escorpiões

A importância dos acidentes por animais peçonhentos para a saúde pública pode ser expressa pelos mais de 100 mil acidentes e quase 200 óbitos registrados por ano, decorrentes dos diferentes tipos de envenenamento. Destes, o escorpionismo vem adquirindo magnitude crescente, correspondendo, em 2007, a 30% das notificações. O aumento na incidência está diretamente relacionado ao agente causal, como hábitos alimentares, forma de reprodução, proliferação das espécies e comportamento. Aliado às circunstâncias geradas pelo homem, essas características podem ser adaptadas, o que tem levado a um grande aumento do número de escorpiões. Este manual contempla o conhecimento biológico necessário para que o controle se faça de maneira adequada, além de uma nova organização de vigilância de escorpiões de importância em saúde, envolvendo diferentes esferas de atuação. O público-alvo deste manual são os profissionais de saúde que atuam em serviços municipais e estaduais de vigilância em saúde e controle de animais peçonhentos.



## MONOGRAFIAS

**ALEITAMENTO MATERNO**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **II Pesquisa de prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal.** Brasília, 2009. 108 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1607-9.

**ANIMAIS PEÇONHENTOS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de controle de escorpiões.** Brasília, 2009. 70 p., il. (Série B. Textos básicos de saúde). ISBN 978-85-334-1573-7.

**FILARIOSE**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica e eliminação da filariose linfática.** Brasília, 2009. 79 p., il. (Série A. Normas e manuais técnicos). ISBN 978-85-334-1571-3.

**IMUNIZAÇÃO**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Departamento de Atenção Básica. **Brasil livre da rubéola: campanha nacional de vacinação para eliminação da rubéola, Brasil, 2008: relatório.** Brasília, 2009. 194 p., il. (Série B. Textos básicos de saúde). ISBN 978-85-334-1548-5.

**INFLUENZA HUMANA**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Ações de comunicação sobre a influenza A (H1N1) no Brasil.** Brasília, 2009. 54 p.

**MALÁRIA**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de diagnóstico laboratorial da malária.** 2. ed. Brasília, 2009. 116 p., il. (Série A. Normas e manuais técnicos). ISBN 978-85-334-1556-0.

**MEDICAMENTOS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Assessoria de Assuntos Internacionais. **Política de medicamentos do Mercosul: documentos essenciais.** Brasília, 2009. 181 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1594-2.

**MERCOSUL**

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Assessoria de Assuntos Internacionais. **Relatório de gestão 2008 da Coordenação Nacional da Saúde no MERCOSUL.** Brasília, 2009. 122 p., il. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1592-8.

**SAÚDE DA CRIANÇA**

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Gerência de Saúde Comunitária. **Atenção à saúde da criança de 0 a 12 anos.** Porto Alegre: Grupo Hospitalar Conceição, 2009. 200 p., il. 2009. ISBN 978-85-61979-01-0.

## SAÚDE DA FAMÍLIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Avaliação para melhoria da qualidade da estratégia saúde da família:** caderno de autoavaliação n. 3: unidade saúde da família. 3 ed. Brasília, 2009. 78 p. (Série B. Textos básicos de saúde). ISBN 978-85-334-1568-3.

## SAÚDE SUPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Coordenação-Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Glossário temático:** saúde suplementar. Brasília, 2009. 83 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1601-7.

## SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **As Conferências Nacionais de Saúde:** evolução e perspectiva. Brasília, 2009. 100p. (Série Conass Documenta; n.18). ISBN 978-85-89545-55-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Coordenação-Geral de Documentação e Informação. **SUS 20 anos:** a saúde do Brasil. Brasília, 2009. 36 p., il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 978-85-334-1595-9.

## VIGILÂNCIA SANITÁRIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Relatório de atividades 2008:** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2009. 133 p., il.

## PERIÓDICOS

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia, v. 67, n. 2-A, jun. 2009. ISSN 0004-282X.

ARQUIVOS INTERNACIONAIS DE OTORRINOLARINGOLOGIA = INTERNATIONAL ARCHIVES OF OTORHINOLARYNGOLOGY. São Paulo: Fundação Otorrinolaringologia, v. 13, n. 2, abr./jun. 2009. ISSN 1809-4872.

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, v.13, n.2, abr./jun. 2009. ISSN 1679-4974.

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE: Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.16, suplemento 1, jul. 2009. ISSN 0104-5970.

JORNAL BRASILEIRO DE PATOLOGIA E MEDICINA LABORATORIAL. Rio de Janeiro: Grevy.Conti, v. 45, n. 2, mar./abr. 2009. ISSN 1676-2444.

REDE CÂNCER. Rio de Janeiro: Inca, n. 8, jul. 2009.

REVISTA DE MANGUINHOS. Rio de Janeiro: Fiocruz, n.19, jun. 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA. Rio de Janeiro: Inca, v. 55, n. 2, abr./jun. 2009. ISSN 0034-7116.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, v. 33, n. 1, jan./mar. 2009. ISSN 0100-5502.



25 DE JULHO

## Aniversário de Criação do Ministério da Saúde

Muito embora a história da Saúde Pública Brasileira tenha início em 1808, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura. A partir da sua criação, o Ministério passou a encarregar-se, especificamente, das atividades até então de responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde (DNS), mantendo a mesma estrutura que, na época, não era suficiente para dar ao órgão governamental o perfil de Secretaria de Estado, apropriado para atender aos importantes problemas da saúde pública existentes. Na verdade, o Ministério limitava-se à ação legal e à mera divisão das atividades de saúde e educação, antes incorporadas num só ministério. Mesmo sendo a principal unidade administrativa de ação sanitária direta do Governo, essa função continuava, ainda, distribuída por vários ministérios e autarquias, com pulverização de recursos financeiros e dispersão do pessoal técnico, ficando alguns vinculados a órgãos de administração direta, outros às autarquias e fundações.

Três anos após a criação do Ministério, em 1956, surge o Departamento Nacional de Endemias Rurais, que tinha como finalidade organizar e executar os serviços de investigação e de combate à malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela e outras endemias existentes no País, de acordo com as conveniências técnicas e administrativas.

O Instituto Oswaldo Cruz preservava sua condição de órgão de investigação, pesquisa e produção de vacinas. A Escola Nacional de Saúde Pública incumbia-se da formação e aperfeiçoamento de pessoal e o antigo Serviço Especial de Saúde Pública atuava no campo da demonstração de técnicas sanitárias e serviços de emergência a necessitarem de pronta mobilização, sem prejuízo de sua ação executiva direta, no campo

do saneamento e da assistência médico-sanitária aos estados.

No início dos anos 60, a desigualdade social, marcada pela baixa renda per capita e a alta concentração de riquezas, ganha dimensão no discurso dos sanitaristas em torno das relações entre saúde e desenvolvimento. O planejamento de metas de crescimento e de melhorias conduziu o que alguns pesquisadores intitularam como a grande paraceia dos anos 60 – o planejamento global e o planejamento em saúde. As propostas para adequar os serviços de saúde pública à realidade diagnosticada pelos sanitaristas desenvolvimentistas tiveram marcos importantes, como a formulação da Política Nacional de Saúde na gestão do então ministro, Estácio Souto-Maior, em 1961, com o objetivo de redefinir a identidade do Ministério da Saúde e colocá-lo em sintonia com os avanços verificados na esfera econômico-social.

Outro marco da história da saúde no âmbito ministerial ocorreu em 1963, com a realização da III Conferência Nacional da Saúde (ICNS), convocada pelo ministro Wilson Fadul, árduo defensor da tese de municipalização. A Conferência propunha a reordenação dos serviços de assistência médico-sanitária e alinhamentos gerais para determinar uma nova divisão das atribuições e responsabilidades entre os níveis político-administrativos da Federação visando, sobretudo, à municipalização.

Em 1964, os militares assumem o governo e Raymundo de Brito firma-se como ministro da Saúde e reitera o propósito de incorporar ao MS a assistência médica da Previdência Social, dentro da proposta de fixar um Plano Nacional de Saúde segundo as diretrizes da III Conferência Nacional de Saúde.

Com a implantação da Reforma Administrativa Federal, em 25 de fevereiro de 1967, ficou

estabelecido que o Ministério da Saúde seria o responsável pela formulação e coordenação da Política Nacional de Saúde, que até então não havia saído do papel. Ficaram as seguintes áreas de competência: política nacional de saúde; atividades médicas e paramédicas; ação preventiva em geral, vigilância sanitária de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos; controle de drogas, medicamentos e alimentos e pesquisa médico-sanitária.

Ao longo destes quase sessenta anos de existência, o Ministério da Saúde passou por diversas reformas na estrutura. Destaca-se a reforma de 1974, na qual as Secretarias de Saúde e de Assistência Médica foram englobadas, passando a constituir a Secretaria Nacional de Saúde, para reforçar o conceito de que não existia dicotomia entre Saúde Pública e Assistência Médica. No mesmo ano, a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) passa à subordinação direta do Ministro de Estado, para possibilitar-lhe maior flexibilidade técnica e administrativa, elevando-se a órgão de primeira linha. Foram criadas as Coordenadorias de Saúde, compreendendo cinco regiões: Amazônia, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ficando as Delegacias Federais da Saúde compreendidas nessas áreas subordinadas às mesmas. As Delegacias Federais de Saúde deixavam, assim, de integrar órgãos de primeira linha. É criada também, a Coordenadoria de Comunicação Social como órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e instituído o Conselho de Prevenção Antitóxica, como órgão colegiado, diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Em 1988, a Constituição Federal determinou ser dever do Estado garantir saúde a toda a população e, para tanto, criou o Sistema Único de Saúde. Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde que detalha o funcionamento do Sistema.

Texto extraído do Portal da Saúde, [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br), acesso em 26.8.2009

EXPEDIENTE

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde - Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca - Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 - Brasília/DF - Tels.: (61) 3315-2410/2344 e 3315-2280 - Fax: (61) 3315-2563 - Tiragem: 3.200 exemplares - Produzido pela EDITORA MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/ SAA/SE. 05.0688/2009.

Jornalista responsável: Mara Rejane Vieira Soares Pamplona (1044/06/65/DF) - As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> - Fale conosco: e-mail: [biblioteca@saude.gov.br](mailto:biblioteca@saude.gov.br) - Acesse também o Portal da Saúde: <http://www.saude.gov.br>.

15006 0104-9155



978104975009

Ministério da Saúde

